



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



TITULO: PROCEDIMENTOS DIDÁTICO–PEDAGÓGICOS EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: EXPERIÊNCIA EM EAD PARA PROFESSORES

EJE: Integración extensión, docencia e investigación

AUTORES: Patricia Helena Xavier dos Santos¹ , Cecília Soares Mombelli²

REFERENCIA INSTITUCIONAL: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil

CONTACTOS: path@ufrgs.br, ceciliamombelli@gmail.com

RESUMEN

Pretende-se explorar o compromisso da Universidade com temática étnico-racial a partir de uma experiência de formação de professores. O Curso Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro- Brasileira é uma ação de extensão construída pelo Programa Educação Anti-racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico³, na modalidade ensino à distância, oferecida a 500 professores, instituições da sociedade civil e movimento negro. Seu objetivo é habilitar os educadores em procedimentos didático-pedagógicos, em conformidade com a lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Participam os professores das cidades de Alvorada, Cachoeirinha, Esteio, Gramado, Porto Alegre, Novo Hamburgo São Leopoldo e Sapucaia do Sul. A proposta pretende criar, desenvolver e fortalecer espaços para reflexão-ação do cotidiano da rede escolar da Grande Porto Alegre e comunidade acadêmica, que objetivem a construção e vivência de práticas antidiscriminatórias e anti-racistas, que propiciem a compreensão da especificidade do racismo brasileiro, a sensibilização para identificar práticas discriminatórias e qualificação para uma intervenção pedagógica visando a sua superação.

Esta experiência, articulada entre UFRGS e redes municipais de ensino, tem como objetivo

¹ Economista, Servidora Técnico-Administrativa do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, Pró-Reitoria de Extensão, UFRGS, e-mail path@ufrgs.br

² Bolsista do Curso Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira, Acadêmico do Curso de História, UFRGS.

³ O Programa de Educação Anti-racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico é uma iniciativa do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, sendo composto por técnicos, docentes e estudantes da Universidade, bem como representantes das Secretarias Municipais de Educação Porto Alegre, Alvorada, Esteio, Gramado, Cachoeirinha, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



qualificar as práticas institucionais. A apresentação demonstrará a importância da articulação institucional na efetiva implementação da lei e o avanço que essa possibilita na proposição de processos pedagógicos e técnicas didáticas adequadas ao desenvolvimento dos conteúdos estabelecidos em lei e aos temas deles decorrentes, nos diferentes componentes do currículo escolar da Educação Básica, perpassando as diferentes modalidades de ensino.

Palavras-chave: Educação, Educação Antirracista, Lei 10.639/2003, Formação de professores

A promulgação da lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, abriu espaço para uma intensa discussão sobre as relações étnico-raciais e o preconceito em sala de aula. Incluir essa temática significa reconhecer a contribuição dos africanos e seus descendentes na formação do Brasil, durante muito tempo associados à escravidão e à situações de pobreza. Seu texto deixa claro os conteúdos abrangido:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil⁴.

Esse dispositivo legal é resultado de decisões tomadas pelo Governo, por reconhecer os direitos da população negra brasileira a uma educação de qualidade. Tais leis foram aprovadas pelo Congresso e promulgadas pelo Presidente da República, por pressão dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro, ao longo de décadas de lutas pela valorização e reconhecimento das comunidades negra e indígena enquanto cidadãos brasileiros. A Lei 10.639/03 é fundamental, porque introduz na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional os artigos:

a) 26-A que torna obrigatório o estudo da temática História e Cultura Afro-Brasileira em todo o currículo escolar e define os respectivos conteúdos de ensino;

⁴ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acessado em 27/08/2010.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



b) 79-B que establece a data de 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

A Lei 11.645/08 ratifica a Lei 10.639/03 e acrescenta no art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigatoriedade de História e Cultura Indígena. Essas duas leis garantem suporte legal aos afro-brasileiros e indígenas para exigirem que suas histórias e culturas passem, também, a integrar a base do currículo oficial em âmbito nacional, com vistas à formação dos cidadãos brasileiros, quaisquer que sejam seus pertencimentos étnico-raciais, culturais e de gênero.

Trata de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada⁵.

Essa discussão torna-se importante quando pensamos a educação com um “processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano”⁶. Nessa formação, estão incluídas as questões de diversidade cultural, relações etnicorraciais, construção e valorização de identidades, multiculturalismo e interculturalidade, reivindicação de direitos de igualdade e diferença. Trabalhar com isso dentro da escola é importante para avançarmos na relação entre saberes escolares/realidade social, na busca por transformar a nossa sociedade num espaço de igualdade racial.

E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escola. Dessa maneira, podemos construir coletivamente novas formas de convivência e respeito entre professores, alunos e comunidades. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores.⁷

⁵ Diretrizes Curriculares Nacionais. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, 2006, pág. 230.

⁶ GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. IN: . MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª ed. revisada. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 142.

⁷ GOMES, 2005, p. 143.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



O Programa Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico é uma iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão, com o objetivo de criar, desenvolver e fortalecer espaços para reflexão-ação do cotidiano da rede escolar da Grande Porto Alegre e comunidade acadêmica. A partir desta articulação, torna-se possível a construção e a vivência de práticas antidiscriminatórias e antirracistas, que propiciem a compreensão da especificidade do racismo brasileiro, a sensibilização para identificar práticas discriminatórias e qualificação para uma intervenção pedagógica visando a sua superação. O programa articula ações voltadas para a implementação da Lei 10.639 nas escolas, procurando qualificar os professores e educadores na formação inicial e continuada, para serem agentes propositivos no processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.

Esta lei também determina a revisão dos currículos escolares a fim de prepará-los para atender às demandas, bem como a qualificação de professores e a adequação dos materiais didáticos para o trabalho em sala de aula. No entanto, ainda carecemos dessas duas premissas, necessitando aumentar a produção com a temática. Dentro dessa discussão, o Programa tem buscado inovar, apresentando e executando propostas diferenciadas de ação e de formação pedagógica a educadores gaúchos e produção de material didático. O Programa atua desde 2004 em parceria com Secretarias Municipais de Educação da Região Metropolitana de Porto Alegre, constituindo como um espaço de discussão, de troca de experiências e estabelecimento de um diálogo com o poder público na busca de produção e difusão do conhecimento desenvolvido.

Atualmente, fazem parte os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Esteio, Gramado, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Sapucaia do Sul e São Leopoldo. Participam professores e educadores das redes públicas de ensino, especialistas, profissionais de instituições diversas, pessoas leigas comprometidas com ações que integram as políticas sociais e educativas locais e regionais e estudantes de Graduação e Pós-Graduação da UFRGS. As diversas iniciativas de ações conjuntas têm sido responsáveis por uma significativa transformação que vem ocorrendo nas redes de ensino no que diz respeito à implementação dos artigos 26-A e 70-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

São esses resultados que o Antirracista a dar um passo importante, ultrapassando a discussão teórica para entrar dentro da escola, na prática cotidiana dos professores. Era



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



necessário avançar no debate, elaborando metodologias adequadas para trabalhar com o aluno e incorporar a história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos. A partir desta necessidade, é urgente a realização de mudanças na estrutura e no funcionamento de todas as instituições escolares da Educação Básica, no seu todo, de modo que a temática esteja presente em todos os ambientes de aprendizagem. Assim, faz-se necessária, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a

inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis - estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino - de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, a discriminações, ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana.⁸

Foi com essa preocupação que o Programa Antirracista apresentou o projeto do curso a distância “Procedimentos Didáticos-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultural Afro-Brasileira” para concorrer ao Edital do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (Uniafro) em 2009. O objetivo do Uniafro é convocar as instituições de ensino superior públicas a apresentarem projetos que possibilitem o acesso, a permanência e a inclusão social dos estudantes afrodescendentes. Dentro dessa definição, enviamos a proposta que foi aceita pelo programa, iniciando o curso em 2010.

O curso “Procedimentos Didáticos-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultural Afro-Brasileira”

Pensando na necessidade de alcançar maior número de professores e, também, aqueles que têm dificuldade de acesso à Universidade, este curso utilizou a Educação a Distância e suas ferramentas de informação e comunicação (Moodle) como forma de atingir quinhentos educadores da Região Metropolitana de Porto Alegre. A partir de uma revisão conceitual e dos marcos legais e normativos, o curso focou sua atenção o entendimento pedagógico e didático da temática na estrutura e funcionamento da escola, a temática no currículo escolar e as questões de avaliação decorrentes da introdução da temática no

⁸ Diretrizes Curriculares Nacionais. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, 2006, pág. 235.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



cotidiano escolar. É um processo de formação continuada qualificado e comprometido com o prosseguimento das transformações que vimos operando nos sistemas de ensino: tratar a temática como componente da base curricular e não como tema transversal ou disciplina, como tem sido o entendimento equivocado de alguns educadores.

O curso compreendeu seis módulos, organizados de forma sequencial a partir do conhecimento e aplicabilidade do Moodle, passando: pela abordagem de questões de diversidade e de direitos humanos, dentro os quais o direito à cultura; pela revisão dos atos legais e normativos que tornam obrigatória a inclusão da temática no currículo escolar; pela atenção que deve ser dispensada aos atos internos da escola para que contemplem a temática, chegando às considerações da temática na sala de aula e às questões de avaliação da mesma no contexto escolar. Para a sua realização, foram utilizados os seguintes recursos:

- fóruns de discussão, como espaço de encontro virtual que permite trazer para o coletivo contribuições e inquietações e buscar soluções para problemas e dificuldades;
- encontros presenciais, de caráter obrigatório para todos os cursistas, como oportunidade de contato direto entre todos e com professores e tutores: grande encontro em Porto Alegre, para abertura do curso; nos pólos para desenvolvimento do módulo 1; ao final do módulo 3, como momento de avaliação e preparação para os demais módulos; ao final do curso para conclusão do mesmo e avaliação das atividades e dos cursistas. Foram oportunidades de contato direto entre todos os participantes do curso, professores, alunos e professores convidados;
- elaboração de portfólio, arquivo em que o aluno colocou toda sua produção, os registros, os seus avanços, as mudanças de percepção da realidade em razão dos conhecimentos que vai adquirindo durante o curso; serve também para auto-avaliação do cursista;
- e-mail, usado para manter o vínculo entre os cursistas e entre estes e os tutores;
- vídeos, CD e sites, como materiais complementares de apoio para desenvolver os módulos propostos;
- Leitura compreensiva e interpretativa de textos e hipertextos, como condição indispensável para aquisição de conhecimentos sobre a realidade brasileira e a situação dos afro-brasileiros e para processar intervenções no cotidiano escolar.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



- Comentário de leituras realizadas, como possibilidade de expressar seu pensamento (conclusões, inferências) em relação a estudos e pesquisas realizadas sobre a temática.
- Produção textual ou imagética individual, como oportunidade de exercitar o planejamento e a construção de textos e outros recursos para uso pessoal ou em função das necessidades dos alunos.

O Curso foi baseado no tripé da educação, da pesquisa e da extensão que caracterizam o Programa de Anti-Racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico. Trouxe para o centro das discussões a formação continuada e o debate sobre a legislação federal que determina a obrigatoriedade de inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar da Educação Básica e as possibilidades de implementação. A proposta permitiu que as redes de ensino vivenciassem um significativo processo de ação-reflexão-ação sobre o fazer pedagógico no combate ao racismo e à discriminação no ambiente escolar. E fortaleceu o vínculo, de modo concreto e permanente, entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e escolas de sistemas municipais de ensino que vêm constituindo parceria com o Programa.

Resultados e Discussões

O curso teve duração de 8 (oito) meses, distribuídos de abril a novembro de 2010, completando 200h, sendo 54h presenciais e 146h a distância. No seu período de vigência, promovemos a reflexão sobre a Lei 10639/03, seu conteúdo e aplicação na escola. Foi possível construir com os cursistas uma programação de ensino que, introduzindo e desenvolvendo a temática da educação das relações étnico-raciais nas diferentes áreas do conhecimento escolar ao longo da Educação Básica, contemplou conteúdos e práticas didático-pedagógicas que privilegiem a educação na diversidade e contribuam para o combate ao racismo e às discriminações de gênero, étnico-raciais e culturais.

Terminamos o curso com 264 cursistas dentre professores, merendeiras, bibliotecários, supervisores, gestores, membros de organizações civis e agentes de segurança pública, cada um tendo elaborado projetos para a sua escola e/ou área de atuação. Segundo especialistas, para um curso a distância, em que o número de desistência



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



é sempre grande, chegar com mais de 50% de alunos pode ser considerado um excelente resultado. Os trabalhos desenvolvidos nas aulas foram direcionados para a prática, para resultarem em ação. Dessa forma, os projetos desenvolvidos foram encaminhados às secretarias Municipais de Educação, para serem avaliados e receberem os incentivos necessários para a sua concretização. Além disso, eles integrarão um Banco de Projetos, podendo ser consultados por outros professores.

Serão lançados dois livros com o material produzido no Curso. O primeiro foi resultado de uma avaliação, em que o cursista deveria escrever uma Carta Pedagógica. Os textos ficaram tão interessantes e revelaram as emoções, conhecimentos e transformações na vida dos cursistas que mereceram tornarem-se públicos. A sua leitura sintetiza todos os resultados alcançados ao longo desses oito meses. A segunda publicação é institucional e retrata a trajetória do curso, desde o projeto até a finalização e o envolvimento de coordenadores, tutores e alunos na sua realização. Junto com isso, existe interesse manifesto para a realização de nova edição estendendo para a rede estadual.

Reside ainda a importância deste projeto na possibilidade de estimular a formação e consolidação de grupos de estudos que poderão se transformar em pólos que impulsionem o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas para uma educação antirracista no cotidiano da nossa sociedade. A atuação desses grupos conformará o escopo de apoio necessário para que as redes municipais de ensino consolidem em seus espaços escolares núcleos representativos de reflexão e de ação para a aplicação de um projeto onde a solidariedade, o respeito ao direito de ser diferente sejam verdadeiramente reconhecidos pela educação.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWICS, Anete, BARBOSA, Lúcia Maria de A.; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação como Prática da Diferença**. Campinas: Armazém do Ipê (autores Associados), 2006.

BRASIL Lei 11.645/2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acessado em 27/08/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. SEPIIR. INEP. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africana**. Brasília, 2004.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, 2006.

FERNANDES, Claudia de O. **Indagações sobre o Currículo**: Currículo e avaliação. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.

GOMES, Nilma L. **Indagações sobre Currículo**: Diversidade Cultural e Currículo. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.

MACEDO, José Rivair (Org.). **Desvendando a História da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Série Diversidades. Linha Editorial Etnicidade, identidade e Territorialidade.

MOREIRA, Antônio Flávio B.; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre Currículo**: Currículo, Conhecimento e Cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª ed. revisada. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, José Antônio dos; CAMISOLÃO, Rita de Cássia; LOPES, Vera Neusa (Orgs.). **Tramando Falas e Olhares, Compartilhando Saberes**: Contribuições para uma Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Série Diversidades, Linha Editorial Etnicidade, Identidade e Territorialidade.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.